



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Discurso de Tomada de Posse do Presidente Nyusi para o Segundo Mandato (2020 – 2025): Continuam Muitos Desafios por Cumprir

No discurso de tomada de posse para o seu segundo mandato à frente dos destinos do país, o presidente Filipe Jacinto Nyusi elegeram como uma das suas prioridades o combate “sem tréguas” contra a corrupção. Elegeram, também, dentre outras matérias, as finanças públicas e a indústria extractiva como áreas nevrálgicas para o desenvolvimento do país. Mas, como já nos habituou, o seu discurso sobre o combate a corrupção e promoção da transparência mostrou-se vazio em termos de conteúdo, e sem uma estratégia mobilizadora que possa conduzir os moçambicanos no ataque a este fenómeno (corrupção) que tem sido uma das principais causas do contínuo subdesenvolvimento do país.

Sobre o Combate à Corrupção: o Governo deve Introduzir Medidas Concretas

A única novidade trazida no discurso de tomada de posse foi que Nyusi já admite a distinção entre pequena e grande corrupção. Até bem pouco tempo, o Chefe de Estado recusava essa distinção operacional, essencial para uma reacção penal à medida da elaboração e implementação políticas reformistas visando a promoção da ética e da integridade na esfera pública.

A abordagem e os chavões a que Nyusi recorreu não diferem do que tem vindo a proclamar desde o seu primeiro mandato. Não passam, por isso, de palavras desprovidas de conteúdo prático e sem efeito concreto no controlo do fenómeno da corrupção.

Aliás, no seu primeiro mandato, muito poucos resultados foram alcançados no que diz respeito ao combate à corrupção. Contudo, é preciso reconhecer que o Chefe de Estado teve a abertura de aceitar a realização de uma auditoria internacional às dívidas ocultas, realizada pela Kroll, o que foi fundamental para a acusação dos processos judiciais das “dívidas ocultas”, tanto em Moçambique como nos Estados Unidos da América.

Este processo culminou com a detenção de figuras da média e alta administração e um ministro da era do antigo Chefe de Estado, Armando Guebuza, mas sem que um aspecto central fosse conseguido: A recuperação

dos activos.

A recuperação de activos é central quando se refere ao combate à corrupção, uma vez que transmite a ideia de que o envolvimento em práticas corruptas não compensa e serve de factor inibidor para potenciais agentes não se envolverem em actos desta natureza.

Os informes do Procurador-Geral da República à Assembleia da República têm vindo a demonstrar que existe uma muito fraca capacidade de recuperar activos advenientes da prática de crimes de corrupção, o que exige das autoridades competentes a elaboração de uma estratégia que auxilie na mitigação deste cenário. Ou seja, não basta deter os indiciados da prática de crimes de corrupção, é preciso despojá-los dos bens que obtiveram de forma ilícita em prejuízo do Estado. Significa que a detenção de indivíduos envolvidos em casos de corrupção não deve servir de barómetro para aferir que a corrupção está a ser enfraquecida. Com efeito, tem-se observado a detenção e, até, *a posteriori*, a condenação de agentes envolvidos em casos de corrupção, sem que tal implique a recuperação dos bens por estes desviados.

Um discurso de investidura de um Chefe de Estado e de Governo não é a apresentação de um programa de Governo, com o detalhe que é necessário. É um exercício de visão estratégica sobre o país. Não se esperava, por isso, que o Chefe de Estado eleito e já em exercício de funções fizesse uma abordagem do seu programa de governação de forma exaustiva, mas era sua obrigação que apresentasse uma estratégia mobilizadora que conduzisse toda a sociedade a envolver-se no combate à corrupção e a acreditar na vontade política de liderar esta acção.

Entretanto, mais uma vez não foi apresentada uma estratégia de como o Governo pretende combater à corrupção que corrói o tecido social e económico do país. Ou seja, quais são as linhas mestras para esse combate ao nível da administração pública nos seus diversos escalões (pequena, média e alta administração); ao nível do poder executivo para os titulares de cargos governativos e políticos, isto é, ao nível da chamada grande corrupção.

Outras medidas que Nyusi poderia ter anunciado visando o Combate à Corrupção:

- Elaborar um relatório nacional anti-corrupção;
- Criar uma pena acessória para os titulares de cargos políticos condenados por corrupção que poderá passar por impedi-los de exercer novos cargos por um período de até 10 anos;
- Divulgar os casos de corrupção que deram origem a condenações transitadas em julgado (sem identificar os autores);
- Continuar a simplificar o acesso aos serviços públicos, publicitando o custo dos diversos actos de corrupção;
- Obrigar a todas as entidades públicas a terem normas de controlo interno para garantir a imparcialidade e legalidade dos contratos;
- Melhorar os processos de contratação pública;
- Modernizar o registo de interesses dos titulares de cargos políticos e titulares de altos cargos públicos;
- Obrigar as empresas que se candidatam a concursos públicos a terem planos de prevenção de riscos de corrupção.

O que se espera do Presidente da República no combate à corrupção

- Garantir a independência necessária à Justiça e apoio institucional necessário à PGR para levar ao julgamento os acusados das dívidas ocultas e outros acusados de crimes de colarinho branco, como a antiga ministra do Trabalho (detida em caso relacionado à fraude no INSS), o antigo ministro dos Transportes e Comunicações (detido em relação ao caso de corrupção na construção do Aeroporto de Nacala);
- Permitir que membros da sua família (seu filho) que são implicados nas dívidas ocultas sejam investigados livremente pelo Ministério Público, sem interferência política;
- Vir a público esclarecer a acusação feita contra si, de ter recebido pelo menos um milhão de dólares da Privinvest;
- Permitir que o partido Frelimo, o partido que Filipe Jacinto Nyusi preside, acusado de ter recebido 10 milhões de dólares da Privinvest com evidências muito fortes disso, seja investigado em processo-crime pela PGR.

O CIP concorda que o combate à corrupção não deve ser um exercício de caça às bruxas, nem deve ser selectivo. A mão da Justiça deve atingir a todos os suspeitos de práticas de corrupção, incluindo os membros da família presidencial e o partido no poder, como é o caso.

Sobre as Finanças Públicas: Discurso com Muitas “Zonas de Penumbra”

No que concerne à gestão das finanças públicas, Nyusi reiterou o seu compromisso de continuar o diálogo com os credores (muito provavelmente das dívidas ocultas) com vista a reforçar a confiança do país junto dos parceiros de cooperação, discurso este iniciado no mandato passado como principal razão para a reestruturação da dívida da EMATUM¹.

Num discurso pouco esclarecedor, Nyusi leva a crer que poder-se-á avançar com um novo acordo de reestruturação para a MAM², muito provavelmente a ser coberto pelo Orçamento de Estado (OE), tal como sucedeu com a dívida contraída pela empresa EMATUM.

Adicionalmente, o Chefe de Estado reforçou, de forma vaga, a ideia de que o seu segundo mandato vai dar especial atenção a políticas que visem promover a estabilidade e o rigor macroeconómico num Estado austero consigo próprio, com vista a garantir rigor na despesa pública e na gestão da dívida pública. Neste caso, para o alcance destes objectivos, parte das acções do executivo deve ser:

- **Contribuir para a redução do excessivo recurso ao crédito interno (que se revelou como modus operandi no mandato anterior).** O stock da dívida interna saiu de 34,8 mil milhões de meticais em Dezembro de 2014 para 171,4 mil milhões de meticais em Setembro de 2019, ou seja, um crescimento exponencial de cerca de 136,6 mil milhões de meticais contraídos no meio de uma gestão de finanças públicas pouco transparente.

- **Tornar mais claras as políticas de austeridade visando reduzir despesas que representam verdadeiros fardos para o OE, tais como as excessivas regalias para os dirigentes públicos.** No quinquénio passado, as políticas de austeridade reflectiram-se mais nos sectores sociais do que nos outros sectores da economia. Em termos reais, o orçamento médio realizado nestes sectores não cresceu mais do que 10% num contexto em que a inflação chegou a atingir mais de 20% em 2016, facto que contribuiu em grande medida para os baixos³ níveis de implementação do Programa Quinquenal do Governo 2015 – 2019;

- **Priorizar o incremento da despesa pública para investimento em detrimento da despesa de funcionamento.** No anterior mandato de FJN, a despesa pública esteve assente numa base mais virada para o consumo do que para o investimento, tendo a despesa de funcionamento absorvido, em média, mais de 60% do OE, facto que provocou retornos significativos no nível de implementação de políticas viradas para o desenvolvimento.

Para além desses aspectos, foi deu-se algum destaque ao sector de Água e Saneamento. Nyusi realçou que o saneamento não seria esquecido, facto que é de se louvar por ser uma das áreas muitas vezes negligenciada. Neste sentido, uma forma de demonstrar essa nova abordagem seria a inclusão de uma linha orçamental denominada “Saneamento” a partir do OE 2020. Ainda sobre este sector, Nyusi mencionou a iniciativa presidencial Água para Vida (PRAVIDA) como um caso de sucesso, mas até então não consta nenhum detalhe do seu nível de implementação nos documentos orçamentais para efeitos de monitoria.

1 A EMATUM é uma das três empresas criadas na sequência das chamadas dívidas ocultas contraídas ilegalmente no segundo mandato de Armando Emílio Guebuza, cujo acordo de reestruturação foi finalizado no fim do primeiro mandato de FJN.

2 De valor nominal de 535 milhões de dólares do VTB

3 <https://cipmoz.org/2020/01/10/projeccoes-irrealistas-e-fracas-alocacao-e-execucao-orcamentais-condicionam-o-cumprimento-do-pqg-2015-2019/>

Para finalizar, é importante que as promessas do Chefe de Estado para o seu segundo mandato estejam assentes em princípios de boa governação, onde a independência entre o Executivo e a Assembleia da República seja uma realidade. O OE precisa de ser aprovado e monitorizado de forma transparente, livre de influência político-partidária e assente em mecanismos fortes que visem a responsabilização e prestação de contas para que as finanças sejam, efectivamente, saudáveis.

Sobre a Indústria Extractiva: Um Discurso Incoerente e Sem Conexão com a Realidade

Ainda no seu discurso de tomada de posse, Nyusi tornou evidente que a falta de transparência e de prestação de contas continuarão a nortear a governação do sector extractivo.

O Presidente da República, ao exortar os moçambicanos a fazerem a gestão das suas expectativas com uma dose de paciência e ao mencionar que os cofres do Estado levarão algum tempo para acolher receitas provenientes dos hidrocarbonetos na dimensão prevista, mostra claramente que não irá recorrer à transparência como um instrumento de governação.

Ora vejamos:

- a) Por um lado, o presidente reconhece claramente que o país não tem condições técnicas para elaborar previsões credíveis, mas não faz menção a algum plano de acção para colmatar esta falta de capacidade.

Por outro lado, entende-se que, ao se elaborarem previsões, deve-se ter em consideração os riscos associados a estas e estabelecer-se os devidos cenários. Com este instrumento, é possível gerir as expectativas das pessoas em relação às futuras receitas da exploração do gás. Não faz sentido, simplesmente, mencionar que os moçambicanos devem ter paciência.

Importa referir também, a experiência que o país adquiriu com o primeiro projecto de exploração do gás pela Sasol. Com esta experiência, seria razoável que as previsões fossem mais realistas no caso dos projectos de gás da bacia do Rovuma.

- b) Com este discurso, abre-se espaço para que seja aceite qualquer valor arrecadado como receita proveniente da exploração do gás, pois não há referência ou base de comparação, com o agravante de não se ter mencionado o lapso de tempo que se levará para que os cofres do Estado acolham as receitas previstas.

Em relação à recomendação de maior prudência e transparência, de modo a se beneficiar os moçambicanos no presente e no futuro, é importante mencionar que este pronunciamento é feito num contexto em que o Governo tem estado a assinar adendas aos contratos com empresas de exploração de gás na bacia do Rovuma e estas mesmas adendas não são publicamente disponibilizadas.

Importa, ainda, referir que o discurso de 2020 parece romper, em alguns aspectos, com o anterior ciclo de governação. O Chefe de Estado afirma que o primeiro mandato é passado e que o ponto de partida

é a unidade nacional. Esta percepção é fundamentada pela comparação entre os pontos focados nos dois discursos (2015 e 2020), onde no primeiro destacava o sector dos recursos minerais como importante para atrair investimentos e, passados 5 anos, com alguns dos investimentos já consolidados, não se faz menção aos recursos minerais como uma área para continuar a apostar e que pode promover o desenvolvimento económico.

Portanto, o discurso de tomada de posse do Presidente da República apresenta-se incoerente com as dinâmicas que se vem assistindo a nível de governação do sector extractivo e pouco traz, em termos substanciais, visto que se trata do mesmo Governo.

A bem da transparência, espera-se um Governo que tome em consideração a experiência que o país adquiriu com os projectos anteriores para gerir, de forma mais realista, os projectos do sector de hidrocarbonetos e, mais ainda, que apresente uma estratégia de curto, médio e longo prazo, relacionada com o sector extractivo, no geral, e não apenas de hidrocarbonetos, tanto em termos de governação do próprio sector como em termos das ligações que se pretende criar entre este e os restantes sectores garantindo desta forma a diversificação da economia.

Concluindo:

Esta é uma análise que o Centro de Integridade Pública faz ao discurso de tomada de posse do Chefe de Estado, com a finalidade de contribuir nos aspectos em que a mesma é feita para que o Governo do presidente Nyusi, neste seu segundo mandato, alcance resultados satisfatórios no que diz respeito à implementação de políticas públicas nas áreas em questão.

Deste modo, o CIP está disponível para colaborar com o Governo, através da sua “expertise”, para que sejam alcançados resultados satisfatórios e que beneficiem o povo moçambicano, a que o Chefe de Estado se refere de forma contínua nos seus discursos como seu “patrão”.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917 Cel: (+258) 82 3016391
[f @CIP.Mozambique](#) [t @CIPMoz](#)
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique